

## “VOCÊ QUER VOLTAR À OCA?”: armadilhas, artimanhas e questões da pesquisa histórica sobre os povos indígenas

Francisco Cancela  
Doutorando em História Social – UFBA, Bolsista da Capes

**RESUMO:** O objetivo desse artigo é apresentar um conjunto de reflexões teóricas e metodológicas da pesquisa histórica sobre os povos indígenas no Brasil, tendo em vista demonstrar a possibilidade de elaboração de abordagens que recuperem o papel histórico dos povos indígenas na formação da sociedade brasileira. Para tanto, discuto o problema do diálogo com as fontes coloniais sobre os índios, apresentando uma breve sistematização das armadilhas, artimanhas e questões existentes nesse tipo de fonte histórica.

**PALAVRAS-CHAVE:** história dos índios, fontes, período Colonial.

**ABSTRACT:** The aim of this paper is to present a set of theoretical and methodological reflections of historical research on Native American in Brazil, in order to demonstrate the possibility of developing approaches to get back the historical role of Native American in formation of Brazilian society. For this, I discussed the issue of dialogue with the Brazilian colonial sources on Native American, showing a brief systematization of traps, trick and problems, that there is in this kind of historical source.

**KEY-WORDS:** history of brazilian indians, brazilain Colonial period, historical sources.

### Introdução

O ponto de partida desse texto é o relato de uma experiência pessoal. Não é nenhum episódio de grande comoção, mas revela uma visão presente e predominante nos cursos de formação de profissionais de história no Brasil. Certamente, esse episódio não teve muita relevância para os sujeitos envolvidos e nem deve mais ocupar lugar na memória desses meus colegas historiadores. Contudo, faço questão de retomá-lo para iniciar a problematização sobre a relação entre o ofício do historiador e a escrita da história dos índios no Brasil.

No último ano da minha graduação de bacharel em história convivi com a polêmica questão da definição do objeto de estudo para a monografia. Após muita reflexão, sugestões de professores e diálogo com as fontes encontradas no Arquivo Público da Bahia, resolvi trabalhar com a história dos índios na Capitania de Porto Seguro, analisando a implementação da política indigenista pombalina naquela região (CANCELA, 2005). Ao anunciar que havia escolhido essa área de pesquisa a um professor e a um colega do curso, fui surpreendido com a seguinte indagação: “você quer voltar à oca?”. A “brincadeira” foi encarada com certo humor por parte dos meus colegas, que chegaram a ensaiar algumas gargalhadas.

A reação daquele professor retrata uma visão recorrente no meio historiográfico brasileiro. O significado desse “voltar à oca” é múltiplo. De um lado, reproduz uma idéia de primitivismo, partindo do pressuposto de atraso ou ausência de historicidade nas sociedades indígenas, que não podem ser objeto da história pela inexistência de produção de documentos escritos e pela suposta incapacidade de realizar mudanças sociais. Do outro, invoca a imagem do índio como coisa do passado, como uma categoria genérica e como um sujeito desprovido de intencionalidade. Essa perspectiva, herdeira de uma história do século XIX, ainda ronda as universidades brasileiras, limitando a revisão do papel dos índios na formação da nossa sociedade e impedindo repensar a história do Brasil a partir das experiências e memórias das próprias comunidades nativas.

O presente artigo busca discutir a pesquisa histórica sobre os povos indígenas no Brasil, principalmente no que se refere ao relacionamento com as fontes históricas do período colonial. Inicia com um sintético balanço da historiografia brasileira, buscando identificar como as produções históricas do século XIX e XX construíram uma imagem negativa dos povos indígenas. Em seguida, apresenta o contexto de surgimento da nova história indígena no Brasil, além de analisar as mudanças teóricas e metodológicas ocorridas nesse momento, especialmente por meio do diálogo entre a história e a antropologia. Por fim, analisa as principais características das fontes coloniais sobre os índios, bem como apresenta dicas sobre questões a serem exploradas em pesquisas futuras.

O principal objetivo desse texto é demonstrar, através de uma breve sistematização das armadilhas, artimanhas e questões advindas das fontes coloniais sobre os índios, que é possível elaborar uma história do Brasil que recupere o papel histórico dos povos indígenas na formação da sociedade brasileira. Além disso, procura chamar a atenção para a necessidade de novos estudos que busquem contribuir para o melhor entendimento das

---

relações étnico-raciais do Brasil atual, estimulando o respeito e a afirmação da diversidade e da diferença cultural do nosso país.

### **De como a historiografia se relacionou com os índios**

Durante o século XIX, a história viveu sob a hegemonia da perspectiva metódica. O cientificismo da época condicionava os historiadores a uma série de procedimentos metodológicos com intuito de atribuir ao conhecimento histórico o estatuto de ciência. Assim, o êxito da história como ciência positiva dependeria necessariamente das regras universais impostas aos seus pesquisadores.

Em 1897, Charles Seignobos e Charles Langlois (Apud CARDOSO, 1992: 51) publicaram um manual teórico-metodológico para historiadores, intitulado *“Introdução aos Estudos Históricos”*. Essa obra retratava a visão positivista vigente e anunciava uma determinada concepção da história, caracterizada pela sucessão linear de fatos históricos. Segundo esta perspectiva, a tarefa dos historiadores estava restrita à recuperação dos fatos através dos documentos escritos, que eram concebidos como únicos testemunhos reais que poderiam revelar, por si só, como o fato se processou. Por isso, os autores advertiam: *“A história se faz com documentos (...). Porque nada substitui os documentos; onde não há documentos não há história”*.

Influenciados por esta histórica metódica, os historiadores do Brasil do século XIX escreveram uma história a partir do manuseamento de documentos oficiais, abordando-os de forma analítico-descritiva e organizando-os de maneira cronológica e linear. O principal centro de produção e difusão dessa história foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, com a finalidade de *“colidir, metodizar e guardar”* documentos históricos, fatos relevantes e sujeitos destacados para a elaboração da história oficial da nação recém-criada (SCHWARCZ, 1993: 143). Ao assumir sua missão, o IHGB fomentou pesquisas sobre a história, geografia, etnologia e genealogia do Brasil, que, em geral, eram publicadas em sua Revista, além de ter patrocinado e organizado concursos, congressos, coleção de documentos da história nacional e expedições pelo Brasil e pelo mundo.

A história produzida pelos sócios do IHGB foi fiel em sua filiação à perspectiva metódica. Se por um lado as pesquisas possibilitaram um reencontro com fontes históricas desaparecidas e a descoberta de centenas de documentos sobre a história do Brasil, por outro concebiam esses documentos como provas históricas, sendo encarados como comprovações verídicas dos fatos estudados. A abordagem resultante desse diálogo com os documentos oficiais foi uma história nacional centrada em temas políticos, movida pela ação

redentora da missão colonizadora e civilizadora dos portugueses e diferenciada na sua especificidade de ser o Brasil uma nação multiétnica.

Um dos expoentes dessa perspectiva foi Francisco Adolfo de Varnhagen, que ocupou função de sócio, secretário e orador do IHGB. Varnhagem assumiu a tarefa de escrever a primeira *História Geral do Brasil*, entre 1857 e 1860, utilizando grande quantidade de documentos coloniais e sistematizando uma visão totalizante da formação da nação brasileira. Em sua obra, o Visconde de Porto Seguro dedicou as primeiras páginas de sua obra para refletir sobre os índios brasileiros. Contudo, após longas descrições (etnocêntricas) sobre os costumes bárbaros, a localização e distribuição geográfica de alguns povos e algumas indicações das formas de organização social retirada de relatos de cronistas e viajantes, Varnhagen concluiu: “*de tais povos na infância não há história: há só etnologia*” (VARNHAGEN, 1978: 30). Afinal, o suposto primitivismo típico desses povos, evidenciado na ausência de escrita e na constituição de modos de vida comunitários, impedia o estudo de seu passado e a inteligibilidade de sua historicidade.

Mais do que povos sem história, os indígenas brasileiros também foram classificados, no século XIX, como grupos sociais sem futuro. Em 1838, o alemão Carl Friedrich Philippe von Martius, que sete anos mais tarde venceria o concurso do IHGB sobre “*Como Escrever a História do Brasil*”, apresentou sua sentença fatal: “*não há dúvida: o americano está prestes a desaparecer. Outros povos viverão quando aqueles infelizes do Novo Mundo já dormirem o sono eterno*” (MARTIUS, 1982: 70). Se metodologicamente os índios não podiam ser objetos da história, teoricamente o evolucionismo relegava-os ao lugar de peças vivas da pré-história humana e destinava-os ao inevitável desaparecimento.

Havia entre os sócios do IHGB alguns que vislumbravam um papel diferente dos índios na formação da sociedade brasileira. Numa época em que o limite entre a literatura e a história não era bem definido, literatos românticos iniciaram o movimento indianista, que concebia o índio como uma particularidade brasileira e, portanto, como símbolo da identidade nacional. Contudo, esse índio não existia mais no Brasil do século XIX, pois os românticos aceitavam a idéia evolucionista do desaparecimento dos povos indígenas. Na prática, como afirma Pedro Puntoni, a “*ideologia do indianismo queria dar espaço ao indígena na História do Brasil, ainda que fosse o de trágico perdedor*” (PUNTONI, 1996: 128).

A influência metodológica e teórica dos primeiros historiadores brasileiros rompeu os limites do século XIX. Na primeira década do século XX, Capistrano de Abreu escrevia seus *Capítulos de História Colonial*. Seguindo os passos de Varnhagen, Capistrano dedicou o

primeiro capítulo para tratar dos “*Antecedentes indígenas*” da História do Brasil. Curiosamente, neste capítulo não há história: mais de 70% das páginas foi destinada para uma análise das condições geográficas do Brasil, tais como localização, hidrografia, clima, relevo e solo. A pequena parte dedicada aos índios não ultrapassa a uma descrição etnológica sobre as guerras, as línguas, a organização política, a produção econômica dos principais grupos étnicos brasileiros. Desta forma, o autor deixa claro que o Brasil nasceu para a História quando os portugueses aportaram nas suas terras e iniciaram o processo de colonização, produzindo documentos e projetando a “civilização” (ABREU, 2000).

Na década de 1940, uma interpretação marxista sobre a formação histórica do Brasil foi elaborada por Caio Prado Júnior. Nesta obra, o índio aparece inserido em uma história: a história da colonização portuguesa. A presença indígena é detectada na história por meio da relação com os europeus. Desta forma, Caio Prado elenca as estratégias portuguesas para aproveitar os indígenas como participante da colonização, tanto por meio das missões religiosas, quanto através da escravidão. Entretanto, a conclusão do pioneiro historiador marxista reverenciou a tese de seus antecessores:

A população indígena, em contato com os brancos, vai sendo progressivamente eliminada e repetindo mais uma vez um fato que sempre ocorreu em todos os lugares e em todos os tempos em que se verificou a presença, uma ao lado da outra, de raças de níveis culturais muito apartados: a inferior e dominada desaparece (PRADO JÚNIOR, 1970: 105-106).

A semelhança entre essas abordagens e a “brincadeira” do professor narrada na Introdução não pode ser desprezada. Esses exemplos também poderiam ser acrescidos de outros tantos, tal como a visão de Gilberto Freire sobre os índios, as imagens construídas por Sergio Buarque de Holanda e as representações dos índios no livro didático de história. Em conjunto, essas produções históricas evidenciam a permanência de características da perspectiva metódica na historiografia brasileira contemporânea. De um modo geral, a história continua a negar o papel dos índios como sujeitos históricos e a escrever a história dos povos indígenas como a epopéia de sua suposta extinção. Sendo assim, a principal herança da perspectiva metódica para a historiografia brasileira do século XX e, em certa medida, do século XXI, foi uma visão pessimista em relação aos povos indígenas, uma vez que difundiu a tese do desaparecimento e legitimou a idéia de que sem documentos escritos não há história.

---

### **Contestando o discurso acadêmico e oficial: o ressurgimento dos índios.**

A tese do desaparecimento dos índios do Brasil estava lançada desde o século XIX e continuava ganhando adeptos no transcorrer do século XX. A década de 1970, entretanto, surgiu como um marco contestatório daquela velha verdade. Um conjunto de provas emergiu no cenário nacional e refutou completamente a possibilidade de os índios desaparecerem da história. As constatações não partiram apenas das universidades, nem tampouco foram exclusivos produtos teóricos de novas perspectivas indigenistas; mas, ao contrário, se materializavam na história do presente, tendo os próprios índios como sujeitos que lutavam em defesa de seus direitos e se afirmavam como grupos étnicos diferenciados.

Dois eventos iniciados naquela década e consolidados na década seguinte marcaram o “ressurgimento” dos índios, contestando o discurso oficial vigente. O primeiro foi a constatação de uma retomada demográfica geral dos povos indígenas. Após cinco séculos de constantes declínios e de verdadeiras catástrofes demográficas causadas pela violência do contato, tanto através das epidemias, quanto por meio das guerras e escravizações, as populações indígenas do Brasil registraram significativos crescimentos.

Embora inexista uma pesquisa detalhada sobre a demografia indígena no Brasil, o acompanhamento que o Programa Povos Indígena tem desenvolvido nos últimos anos ajuda no diagnóstico da nova fase dos índios brasileiros.<sup>1</sup> Utilizando os dados coletados pelos censos do IBGE somados às informações de relatórios e pesquisas de antropólogos de todo país, o Programa estima que a população indígena atual represente mais de 450.000 indivíduos, distribuídos em mais de 200 etnias, que possuem quase duas centenas de línguas.<sup>2</sup>

Manuela Carneiro da Cunha atesta que além do crescimento vegetativo próprio das sociedades indígenas outros fatores impulsionaram o crescimento demográfico dos índios, tais como a reivindicação da identidade indígena ocultada. Alguns grupos sociais ocupantes de áreas antigas de colonização encobriam sua descendência índia como forma de se proteger de possíveis retaliações legais e como defesa contra a discriminação social e

---

<sup>1</sup> O Programa Povos Indígenas no Brasil foi desenvolvido durante 15 anos pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e pelo Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), que publicaram vários boletins, documentos e estudos sobre a história e a situação dos povos indígenas brasileiros. Atualmente, o Programa é desenvolvido pelo Instituto Socioambiental (ISA), que dá continuidade aos estudos, pesquisas e projetos relacionados à diversidade cultural e biológica do país. Para maiores informações, cf. [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)

<sup>2</sup> AZEVEDO, Marta. Censos Demográficos e “os índios”: Dificuldades para Reconhecer e Contar. In: RICARDO, Carlos Alberto (Editor). *Povos Indígenas no Brasil* (1996-2000). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

---

racial. Mas, no final da década de 1980, a garantia de direitos constitucionais, como terra, educação e saúde, possibilitaram a “reinvenção” da identidade étnica destes grupos, que passaram às estatísticas dos povos indígenas do Brasil. Para a autora, este movimento de crescimento demográfico dos índios pode alcançar um estágio de aceleração elevado, semelhante ao que aconteceu nos EUA:

Nos EUA, a população indígena em 1890 era da ordem da população indígena brasileira nos nossos dias, ou seja, na casa dos duzentos e poucos mil. Cem anos mais tarde, essa população havia quadruplicado: no censo de 1990, registravam-se 1,9 milhões de “nativos americanos”. É possível que ascenso semelhante se verifique no Brasil, cuja população indígena já aumentou nestes últimos dez anos (CUNHA, 1995: 132).

O segundo evento foi a entrada dos índios na cena política nacional, desfazendo todo discurso de passividade e pessimismo, além de evidenciar os indígenas como sujeitos históricos concretos. Desde o fim da década de 1970, um forte movimento indígena surgiu no país envolvendo índios que entraram em confronto com os interesses e projetos do Estado brasileiro durante o chamado “milagre econômico”. Ao mesmo tempo, organizações indigenistas defensoras dos direitos dos índios iniciaram uma campanha de intervenção juntos aos povos indígenas para auxiliá-los na construção de entidades políticas que servissem tanto para unificar a luta dos povos frente ao Estado brasileiro quanto para partilhar experiências, culturas e valores dos indígenas<sup>3</sup>. Deste contexto emergiu a primeira entidade indígena nacional: a União das Nações Indígenas – UNI, hoje extinta.

Criada oficialmente no ano de 1980, a UNI foi resultado do acúmulo de lutas e discussões que os povos indígenas brasileiros construíram na reta final do regime militar. Segundo constava em seu documento de criação, a entidade tinha como objetivo “*promover a autonomia e a auto-determinação, recuperar e garantir a inviolabilidade de suas terras e assessorar os índios no reconhecimento de seus direitos, elaborando e executando projetos culturais e de desenvolvimento comunitário*” (CEDI, 1981: 38).

A partir da experiência de uma entidade de âmbito nacional, os indígenas se preocuparam em construir organizações intermediárias para atuar nas realidades específicas de cada povo e auxiliar na coordenação e tradução das políticas mais gerais do movimento indígena. Estas novas organizações podem ser classificadas a partir da sua esfera de poder, de sua intervenção política e de seus componentes. Assim, podem ser classificadas em quatro grupos: primeiro, as de caráter étnico de base local, dirigida a uma

---

<sup>3</sup> Dentre as principais entidades indigenistas destaco: o Conselho Indigenista Missionário, criado em 1972; a Associação Nacional de Apoio ao Índio, de 1979; e a Associação Brasileira de Antropologia.

---

aldeia ou comunidade específica (a exemplo da Associação Xavante de Pimentel Barbosa, criada em 1988); segundo, as de caráter interlocal, composta por grupos de aldeias ou de etnias (como a Associação da União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié); terceiro, as de caráter regional, formada a partir da configuração ou delimitação espacial (tal como o Conselho Indígena de Roraima, fundado em 1987); e, quarto, a de caráter setorial, compostas por determinadas categorias sociais específicas (como a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro, de 1984, e a Associação dos Estudantes Indígenas do Amazonas, fundada em 1984).

Estas entidades indígenas, especialmente a UNI, tiveram papel decisivo para a conquista de direitos indígenas na Assembléia Constituinte de 1987-88. Segundo Alcida Rita Ramos, a intervenção destas organizações no congresso nacional possibilitou a formação de um bloco político comprometido com os direitos dos índios brasileiros, resultando num *“eficiente Lobby indigenista que trouxe aos índios ganhos palpáveis, como a eliminação do princípio integracionista”* (RAMOS, 1997: 04). Desta forma, as conquistas dos povos indígenas na Nova República foram conseqüências da sua própria luta e engajamento político, acompanhado do apoio político de acadêmicos e militantes indigenistas.

A Constituição Federal promulgada em 1988 assegurou importantes direitos aos povos indígenas brasileiros. O Capítulo VIII, intitulado *“Dos Índios”*, composto pelos artigos 231º e 232º e seus respectivos parágrafos, sintetizou a base da nova política indigenista que pela primeira vez na História do Brasil foi construída com algum tipo de participação dos próprios índios. Para Sílvio Coelho dos Santos, as principais conquistas foram:

O reconhecimento dos “direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” e a explicitação do respeito à diferença cultural e lingüística, bem como a obrigatória consulta aos interesses desses povos em caso de aproveitamento de recursos hídricos ou de exploração de minerais em suas terras (SANTOS, 1995: 87).

Vale destacar que a Constituição de 1988 enterrou dois grandes mitos sustentados pela história oficial do Brasil. O primeiro foi a eliminação da velha idéia do desaparecimento dos índios, pois abandonou os dispositivos presentes nas Constituições Republicanas anteriores (1934, 1937, 1946 e 1967) que defendiam a necessidade da *“incorporação dos silvícolas à comunhão nacional”*. Esta medida atuou como um reconhecimento oficial de que os povos indígenas não só possuem história como também seus direitos se justificam por ela. O segundo foi a *“sinalização”* do fim da tutela estatal, uma vez que a nova legislação facultava aos índios o direito de se representarem perante a lei, por meio do Ministério



---

Público. Com isto, os índios saem da condição de objeto para o estágio de sujeitos da sua própria história.

O ressurgimento dos índios a partir da década de 1970 combateu, portanto, os pilares do discurso oficial que insistia em negá-los e coisificá-los. Este novo momento da história dos índios do Brasil não foi consequência da caridade do Estado, nem uma concessão das classes dominantes, mas resultado das lutas e embates dos próprios povos indígenas, que re-elaboraram suas identidades étnicas a partir das experiências vividas e acumuladas em cinco séculos de contato com o “*homem branco*”<sup>4</sup>.

### **A emergência de uma nova história indígena: diálogo entre história e antropologia**

A década de 1970 ainda reservaria mais conquistas para os povos indígenas do Brasil. O ressurgimento dos índios enquanto sujeitos da sua própria história condicionou antropólogos e historiadores a repensarem seus pressupostos teóricos e metodológicos a fim de reescrever o papel destes povos na formação histórica brasileira. Neste contexto, um inovador diálogo entre história e antropologia possibilitou um surto de estudos sobre as trajetórias e as experiências dos povos indígenas do Brasil. Segundo Ginzburg, este encontro entre antropologia e história só foi possível quando os antropólogos voltaram a se interessar pelos processos de mudança social e quando os historiadores passaram a valorizar os comportamentos, as crenças e as vivências das pessoas comuns (GINZBURG, 1991).

Mais do que isso, a antropologia se renovou teoricamente, retomando o interesse pela história, que passou a ser concebida como um campo de possibilidades para desvendar a historicidade dos processos culturais. Para Manuela Carneiro da Cunha, esta renovação trouxe duas problemáticas: de um lado, o desafio de “*perceber no desenrolar dos povos ágrafos a dialética entre a estrutura e o processo*”; do outro, a necessidade de “*perceber, naquilo que propriamente se poderia chamar de etno-história, a significação e o lugar que diferentes povos atribuem à temporalidade*” (CUNHA, 1989: 03).

Ao mesmo tempo, a história também se modificou. Na década de 1970, com a expansão dos primeiros cursos de pós-graduação no Brasil, a recepção das inovações metodológicas do movimento dos *Annales* causou uma redefinição da pesquisa histórica nacional. Em primeiro lugar, os historiadores começaram a romper com o tradicional foco na

---

<sup>4</sup> Conforme explica Alcida Ramos (1997: 07), “A categoria ‘branco’ não se refere à cor da pele ou a qualquer aspecto biológico, mas à sociedade majoritária, tanto do ponto de vista demográfico como político, à qual os indígenas brasileiros têm estado submetidos”.

---

história política e ousaram abandonar a escrita descritiva da história. Em segundo lugar, ao invés da priorização dos feitos dos estadistas, dos generais e dos grandes heróis, os novos historiadores buscaram explicar a “história vista de baixo”, destacando as opiniões, vivências e experiências das pessoas comuns. Em terceiro lugar, os historiadores foram obrigados a identificar novos indícios que possibilitassem evidenciar a vida social dos “de baixo”. Para tanto, passaram a utilizar como fontes os “*elementos imponderáveis: o faro, o golpe de vista, a intuição*” (GINZBURG, 1989: 179), permitindo que novas fontes fossem utilizadas, tais como a fotografia, a literatura, a vestimenta, a oralidade, entre outras. Ao atestar a mudança porque passava a história, Manuela da Cunha concluiu:

A história, em suma, diante de objetos não convencionais – classes subalternas, rurais e urbanas, seus movimentos sociais e sua cultura, sociedades ágrafas ou de tradição oral – acabou forjando novos métodos e legitimando novas fontes (CUNHA, 1989: 03).

Com este diálogo entre a história e a antropologia uma *nova história indígena* emergiu no Brasil.<sup>5</sup> Segundo John Monteiro, esta nova história tem como objetivo “*recuperar o papel histórico de atores nativos na formação das sociedades e culturas do continente*”, não se esquecendo de “*repensar o significado da história a partir da experiência e da memória de populações que não registraram – ou registraram pouco – seu passado através da escrita*” (MONTEIRO, 1995: 227). Por meio desse processo, surgiram novas categorias explicativas para o relacionamento entre brancos e indígenas, como fricção interétnica (OLIVEIRA, 1968) e transfiguração étnica (RIBEIRO, 1970), além dos primeiros trabalhos históricos de reescrita do papel dos índios na formação histórica brasileira, tanto regionalmente, quanto nacionalmente (LARAIA, 1978; CARVALHO, 1977; CHAIM, 1983; MELATTI, 1984).

Em 1990, vários fatores contribuíram para a ampliação e reconhecimento da pesquisa sobre os povos indígenas. Do ponto de vista político, a emergência étnica, que já se aflorava desde a década de 1970 foi estimulada tanto pela garantia de direitos na Constituição de 1988, quanto impulsionada pela onda de movimentos indígenas que se espalharam por todo continente americano frente às proximidades das “comemorações” dos 500 anos da “invasão” européia. A constante presença dos índios no cenário político brasileiro condicionou uma maior reflexão sobre a trajetória histórica destes povos.

---

<sup>5</sup> Aqui destaco a relação entre história e antropologia que possibilitou a emergência de uma nova postura de análise da história dos povos indígenas no Brasil. É sabido que essas disciplinas possuíram momentos diferentes de relacionamento, possibilitando o surgimento de várias abordagens da história, tal como a história social da cultura e a nova história cultural.

---

Academicamente, a década de 90 representou a consolidação dos programas de pós-graduação, percebidos através da ampliação de cursos em todas as regiões brasileiras, a diversificação de linhas de pesquisa e o incentivo à socialização das pesquisas através de revistas científicas. Outro fator que possibilitou o crescimento da pesquisa sobre os povos indígenas na década final do século XX foi o encontro de novas fontes, ocasionado tanto pela reestruturação de vários arquivos estaduais quanto pela criação do Projeto Resgate, que disponibilizou mais de 300 mil documentos do Arquivo Histórico Ultramarino referentes ao período colonial. E, por fim, este período representou o momento de maior aplicação das inovações teórico-metodológicas, em especial as contribuições da história cultural italiana e da história social inglesa.

Produto deste contexto, o livro organizado por Manuela Carneiro da Cunha representa uma referência à nova historiografia indígena brasileira. *História dos índios no Brasil* é composto por 26 artigos que abordam a trajetória histórica dos povos indígenas de todas as regiões brasileiras, nas mais variadas épocas, além de discutir aspectos relevantes sobre diálogo entre a história e as demais ciências humanas e sociais (arqueologia, antropologia, etnologia etc.) e sobre a política e legislação indigenista (CUNHA, 1992).

Na abertura da referida obra, Manuela Carneiro da Cunha faz uma “*introdução a uma história indígena*”, em que reflete sobre o lugar do índio na historiografia brasileira. Destaca, a princípio, a distorção existente na relação entre os historiadores e as populações indígenas, caracterizada pela reprodução de dois equívocos. De um lado, a adoção de certo paternalismo, segundo o qual os índios devem ser retratados como vítimas da ação destruidora dos colonizadores europeus. Do outro, a gradual supressão da figura do índio das explicações históricas, pois o “sentido” da história do Brasil encontra-se nos desdobramentos da expansão européia. Sendo assim, Manuela da Cunha concluiu que as populações indígenas ocuparam um lugar de subordinação frente aos interesses e vontades dos europeus e de desaparecimento paulatino das narrativas históricas (CUNHA, 1992: 10).

Inspirados nesta crítica, várias pesquisas sobre os povos indígenas começaram a reverter o lugar dos índios na historiografia brasileira ainda na década de 1990. Nádia Farage, por exemplo, analisou a história dos povos indígenas do Rio Branco, mesclando em sua pesquisa fontes etnográficas e fontes históricas, possibilitando entender o índio como sujeito ativo de sua própria história, uma vez que soube utilizar a situação colonial de disputa de fronteiras entre as potências européias para conquistar vantagens e autonomia dentro da sociedade colonial (FARAGE, 1991). Outro importante trabalho foi de John Monteiro que, partindo de um conjunto variado de fontes históricas, inclusive utilizando

---

testamentos e inventários coloniais, realizou uma revisão do papel dos paulistas na formação de São Paulo, rompendo com a visão tradicional do bandeirante como responsável pela expansão territorial e reescrevendo o lugar do índio na sociedade colonial, como escravo, aliado e rebelde (MONTEIRO, 1994). Com outro foco de abordagem e utilizando fontes inquisitoriais, Ronaldo Vainfas se dedicou à análise das santidades ameríndias, partindo do estudo da Santidade de Jaguaripe, no Recôncavo Baiano, concebendo esses espaços como foco de resistência indígena e resultado híbrido do processo da colonização (VAINFAS, 1995). Esses exemplos evidenciam a mudança de atitude do historiador frente à pesquisa histórica sobre os povos indígenas, resultado da ampliação da concepção de fontes, do diálogo com a antropologia e do reconhecimento dos índios como sujeitos históricos.

Esses exemplos também trazem duas características fundamentais. Em primeiro lugar, tratam de experiências dos povos indígenas ocorridas no período colonial. O retorno ao período colonial como ponto de partida para entender a formação da sociedade brasileira deve ser compreendido não como uma negação das experiências milenares dos povos ameríndios, mas como o caminho de volta para entender as permanências e transformações vividas por esses povos a partir do confronto entre o mundo europeu e o indígena. Afinal, foi por *“meio da articulação entre os processos históricos da expansão européia e das mudanças sociais indígenas que emergiu a sociedade colonial”* (MONTEIRO, 1994: 170), repleta de contradições, flexibilidades e complexidade. Em segundo lugar, para refazer esse caminho ao período colonial as pesquisas históricas tiveram que explorar um conjunto variado de fontes, capaz de trazer à tona as diversas experiências vividas pelos povos indígenas. Dessa forma, testamentos, mitos, processos inquisitoriais, requerimentos, cartas régias, imagens, relatórios, anotações etnográficas, memórias, cantos, pinturas, enfim, todos os vestígios da presença indígena se transformam em evidências históricas para a reconstrução do lugar dos índios na sociedade colonial e na formação da sociedade brasileira.

Atualmente, o número de pesquisa sobre os índios coloniais tem aumentado significativamente. Nos programas de pós-graduação em história tem crescido o número de defesas de dissertações e teses com a temática indígena.<sup>6</sup> Ao mesmo tempo, começa a ganhar espaço no mercado editorial grande parte dessa produção, socializando os trabalhos

---

<sup>6</sup> Para se ter uma idéia dessa produção, cf. PARAÍSO, 1998; SAMPAIO, 2001; COELHO, 2005; LOPES, 2005; NEUMANN, 2005; GARCIA, 2007.

---

históricos produzidos na academia.<sup>7</sup> Dessa forma, a nova história indígena tem possibilitado um movimento de redefinição do papel dos índios na história do Brasil e revelado um conjunto procedimentos de leituras e tratamentos de fontes históricas, que permite romper com a velha visão metódica hegemônica na historiografia.

Contudo, o relacionamento com essas fontes não é uma tarefa fácil. Várias dificuldades são enfrentadas, oriundas das próprias características das fontes coloniais sobre os índios. A partir da minha experiência de pesquisa sobre os povos indígenas na Capitania de Porto Seguro, entre os anos de 1758 e 1820, pude sistematizar algumas dessas características, analisando suas armadilhas e descrevendo algumas artimanhas de pesquisa. Não se trata de nenhum manual inovador, mas, sim, de um registro de métodos e técnicas de leitura de fontes coloniais sobre os povos indígenas, bem como da apresentação de possibilidades de pesquisas.

### **Entre armadilhas e artimanhas: características das fontes coloniais sobre os índios**

As fontes sobre a história dos índios no período colonial estão, em geral, dispersas na massa documental dos arquivos. A temática indígena está distribuída de forma transversal em todos os tipos de documentos escritos, sejam esses gerados pelas autoridades político-administrativas, sejam produzidos por colonos ou religiosos, sejam elaborados pelos próprios índios. Salvo raras pastas ou maços exclusivos para fontes que tratam da temática indígena, como o maço 603 do Arquivo Público da Bahia, intitulado “índios”, a maior parte dos arquivos não possui um fundo específico para depositar os documentos sobre a questão indígena. Por isso, o historiador é condicionado a realizar uma verdadeira escavação arqueológica em várias séries, maços e pastas para encontrar as evidências das experiências indígenas.

Diante dessa dispersão das fontes, é preciso se apoiar em instrumentos que facilitem a identificação de documentos que tratem da temática indígena. Em alguns arquivos brasileiros, principalmente a partir do final da década de 1980, com a profissionalização dos arquivistas e a reorganização dos arquivos públicos do país, foram implantados sistemas modernos de catalogação de documentos, que permitem identificar uma fonte por meio de pesquisas que utilizam as variantes “cronologia”, “toponímia” e “assunto”. Contudo, frente ao alto custo desse serviço e a ausência de políticas públicas de valorização do patrimônio

---

<sup>7</sup> Para dimensionar o volume desse processo, cf. GRUPIONI, 1994; SANTOS, 1999; ALMEIDA, 1997; ALMEIDA, 2003; SILVA, 2005; OLIVEIRA & FREIRE 2006.

---

histórico-cultural do país, grande parte dos arquivos existentes ainda não possui esse tipo de catalogação eletrônica, dificultando o trabalho do historiador.<sup>8</sup>

Na ausência de um sistema de catalogação moderno e eletrônico, o pesquisador precisa construir outros caminhos para facilitar a identificação e seleção de documentos. A alternativa mais recorrente é organizar e ordenar o tratamento das fontes por meio de critérios espaciais, temporais e étnicos. Essa forma de pesquisa não é nenhuma novidade, pois o historiador sempre precisou estabelecer mecanismos para selecionar a massa documental oferecida pelos arquivos públicos e privados. Em conformidade com seu objeto de estudo, o pesquisador separa as fontes que: i) se encaixam no seu recorte cronológico; ii) se referem ao espaço estudado; e iii) apresentam informações sobre a temática problematizada na pesquisa.

As fontes coloniais sobre os índios sofrem também outro tipo de dispersão. A estrutura político-administrativa do Estado português possuía várias instâncias e órgãos que se mobilizavam para auxiliar o processo de conquista e colonização da América. Os conflitos, as reclamações, os pedidos, as observações, os processos crimes e tantos outros eventos eram distribuídos em diversas instituições espalhadas na colônia ou no Reino, tal como o Vice-reinado, o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro e da Bahia, o Governo Geral, o Conselho Ultramarino, entre outros. Em consequência disso, houve uma dispersão da documentação colonial em arquivos distintos e distantes, dificultando o trabalho do pesquisador. Essa situação condiciona o historiador a conhecer a estrutura política, administrativa e religiosa da região que pretende pesquisar, tendo em vista facilitar a identificação de arquivos que possuam documentação sobre a mesma.<sup>9</sup>

Duas outras características não podem ser esquecidas. De um lado, as fontes coloniais sobre os índios estão escritas, em geral, em português arcaico. Esse fator condiciona o pesquisador a ter alguma noção de paleografia. Afinal, terá que fazer a transcrição paleográfica de textos dos séculos XVI, XVII ou XVIII, enfrentando seus excessos de abreviatura, sua linguagem truncada e sua imprecisão vocabular. Do outro, o estado de conservação dessas fontes é precário. Os documentos, em geral, estão

---

<sup>8</sup> É importante destacar que alguns arquivos, após criação de novo sistema de catalogação, permitiram sua disponibilização na internet, facilitando o acesso às fontes e a organização da pesquisa histórica. Dentre essas instituições, estão o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Na Bahia, o Arquivo Público estadual possui sistema de catalogação moderno apenas para o fundo do judiciário, onde estão testamentos, inventários, processos cíveis e crimes, entre outros.

<sup>9</sup> Vale destacar, para além dos limites de Portugal e do Brasil, outros arquivos que contêm fontes sobre os povos indígenas da América portuguesa, tal como arquivos holandeses, franceses e italianos.

desfazendo-se por causa das traças, empedrando-se por causa da umidade ou espedaçando-se por causa da acidez das tintas. Nesse sentido, é preciso ter bastante paciência e um pouco de sorte para lidar com fontes tão desgastadas pelo tempo e desprezadas pelas autoridades competentes.

Por fim, a principal característica das fontes coloniais sobre os povos indígenas é sua natureza política e ideológica. De início, cabe destacar que grande parte das fontes existente foi produzida por não-índios, principalmente por agentes da própria colonização. Por isso, estão imersas nos interesses, objetivos e problemas do processo da conquista e colonização dos povos e do território americano. Da mesma forma, trazem em suas linhas a perspectiva cultural dos europeus, fazendo que informações e descrições sobre os índios sejam acompanhadas de preconceito, discriminação e negação.

Diante dessa característica, alguns questionamentos podem ser levantados. Como desvendar a voz do índio em fontes escritas por não-índios? Como reconstruir a etnologia de um determinado grupo indígena se preconceitos e interesses estão presentes na descrição etnográfica? Como confirmar uma informação histórica ou social sobre determinada etnia se se sabe que ela está no centro dos conflitos por terra? Como, enfim, fugir das armadilhas dessas fontes? Infelizmente, não há uma regra universal. Contudo, é possível ordenar um conjunto de artimanhas da pesquisa histórica, estabelecendo três procedimentos básicos de tratamentos das fontes.

O primeiro é o exercício constante da dúvida. Trabalhando com fontes com características políticas e ideológicas tão marcantes, não se deve acreditar, de imediato, nas informações apresentadas por elas. Essas fontes precisam estar localizadas em seu tempo e espaço. O documento também possui sua história. Afinal, quem escreveu? Por que escreveu? Qual o contexto da sua escrita? Que idéias e conceitos eram predominantes na época? Essas perguntas ajudam na contextualização histórica e social do documento e de seu autor, limitando a reprodução de erros etnológicos, históricos e conceituais, além de evitar a reprodução dos preconceitos.

O segundo procedimento é a ampliação das fontes de informação. Se os documentos coloniais sobre os índios estão imersos em diversos interesses advindos do processo da colonização, não se pode esgotar a reconstrução de um aspecto histórico através de uma única fonte. Nessa situação, o cruzamento de fontes é uma alternativa imprescindível. Não apenas das fontes produzidas por não-índios, mas também das raras fontes escritas por indígenas, pois esses se apropriaram dos signos e procedimentos coloniais e também produziram textos em defesa de seus interesses, ora exagerando, ora

omitindo várias informações. Ao cruzar fontes de autoria, origem e objetivo distintos, o historiador pode reconstruir um determinado episódio em sua complexidade, permitindo destacar as visões, os interesses e as experiências dos sujeitos envolvidos.

O último procedimento é a leitura das fontes em sua totalidade. Além de letras, palavras e frases, é preciso explorar os silêncios, as omissões e as entrelinhas. Às vezes, uma fonte diz mais pelo que não está escrito, principalmente quando seu autor é uma figura central de um conflito colonial. Por isso, a lógica do diálogo com essas fontes deve estar pautada nas possibilidades abertas pelas evidências, encarando os indícios como um ponto de partida para interpretações históricas que dêem conta de explicar as experiências humanas vividas no passado.

### **Evidências a explorar: dicas para a pesquisa histórica sobre os índios coloniais**

Na pesquisa desenvolvida sobre a história colonial dos índios na Capitania de Porto Seguro foi possível estabelecer contato com uma massa documental rica e pouco explorada. Essas fontes retratam episódios desprezados ou desconhecidos pela historiografia regional e nacional, além de revelarem uma diversidade de experiências vividas pelos povos indígenas, que deslizam da resistência à adaptação à sociedade colonial. Acredito ser essa uma característica comum em todas as regiões brasileiras, sendo possível o incentivo de pesquisas sobre a história dos povos indígenas, ampliando o processo de revisão do papel dos índios na formação da sociedade regional e nacional.

Existem três grandes questões que estão presentes de forma mais constante na documentação colonial: a política indigenista, a política indígena e os conflitos acerca da terra e do trabalho. Esses problemas foram forjados no próprio processo de conquista e colonização da América portuguesa e adquiriu contornos distintos à medida que se alteravam os sujeitos em cena, as conjunturas políticas, as frentes de expansão e as condições sócio-culturais de cada região. Nesse sentido, acredito que podem servir de pistas para a exploração de novas pesquisas. Por isso, apresento, a seguir, as especificidades de cada questão, suas possibilidades de abordagem e as prováveis fontes a serem trabalhadas.

A política indigenista ocupa espaço de destaque nos documentos coloniais do primeiro quartel do século XVI até os últimos momentos da existência da colônia. Segundo Antonio Carlos Souza Lima, a política indigenista pode ser entendida como o conjunto de medidas institucionais e práticas formuladas legalmente pelos órgãos estatais com objetivo



de garantir a inserção das populações indígenas à sociedade colonial envolvente, orientando métodos, técnicas e procedimentos de relacionamento entre europeus e ameríndios (LIMA, 1995). Essas medidas institucionais ganhavam formas de leis, que podiam ter dimensão geral, como o *Regimento das Missões* de 1688 e o *Diretório dos Índios* de 1758, ou dimensão local, como as *Instruções para o governo dos índios da Capitania de Porto Seguro, de 1769*. Ao analisar a política indigenista colonial portuguesa, Beatriz Perrone-Moisés destacou sua característica dual, uma vez que classificava os povos indígenas em duas categorias, de acordo com o grau de inserção de cada povo na sociedade colonial envolvente. De um lado, segundo a óptica dos legisladores, havia os *índios aliados*, que aceitavam a incorporação à sociedade colonial e eram deslocados de suas aldeias para viverem nos aldeamentos próximos às povoações coloniais, obtendo em troca o direito a terra, a liberdade e ao trabalho (forçado) remunerado. Do outro, havia os *índios inimigos*, que resistiam à sociedade colonial e não aceitavam alianças com os não-índios, sendo esses destinados à escravização, realizada por meio da Guerra Justa ou do Resgate. Essa divisão dos grupos indígenas em duas categorias políticas orientou a política indigenista colonial, exceto em raros momentos de leis gerais que decretavam a liberdade total aos índios. (PERRONE-MOISÉS, 1992; PERRONE-MOISÉS, 1994: 476-479).

A política indigenista colonial foi registrada em vários tipos de documentos. Em geral, pode ser encontrada nas Cartas Régias, Regimentos, Instruções, Decretos e Leis. A pesquisa histórica tem utilizado esse tipo de fonte de forma variada, sendo possível utilizá-la como objeto próprio da pesquisa, fazendo uma análise da política indigenista (ALMEIDA, 1997) ou construindo uma abordagem de diálogo entre a história e o direito (ARAÚJO, 2006). De qualquer forma, o importante é explorar esse tipo de fonte, pois através das leis indigenistas é possível construir vários problemas, uma vez que: i) apresentam as visões européias sobre as populações indígenas; ii) demonstram os interesses coloniais e metropolitanos na conquista e colonização da América; iii) evidenciam as estratégias coloniais de relacionamentos com os índios; e iv) revelam a flexibilidade da justiça, administração e política coloniais, que era moldada às condições e interesses existentes.

Outra questão presente nas fontes coloniais é a política indígena. Corroborando com a idéia de Manuela Carneiro da Cunha de que “os índios foram atores políticos importantes de sua própria história”, pois criaram uma política indígena “nos interstícios da política indigenista”, é de fundamental importância destacar o conjunto das ações políticas elaboradas e executadas pelos povos indígenas no enfrentamento da situação colonial (CUNHA, 1992: 18). As alianças, fugas, rebeliões, acomodações e negociações são

---

algumas das manifestações da política indígena e precisam ser entendidas e analisadas no contexto complexo e contraditório de confronto e mediação entre dois mundos: o europeu e o indígena.

Analisar as políticas indígenas passa, necessariamente, pela construção de um roteiro teórico-metodológico que consiga dar conta do complexo mundo em que viviam os indígenas. O principal passo é a introdução da idéia de *experiência histórica*, elaborada por Edward Thompson. Segundo este autor, os indivíduos e os grupos sociais não vivem suas experiências de forma desconectada do conjunto das experiências passadas registradas na sua consciência ou na memória coletiva, nem mesmo desligada de seus valores, princípios e hábitos. Frente a determinadas condições históricas, os indivíduos ou grupos sociais vivem suas experiências como necessidade, interesses ou antagonismo (THOMPSON, 1981, p.182). Sendo assim, o uso desta categoria na pesquisa da história dos índios traz como conseqüência a preocupação com o processo histórico. Esta noção, portanto, é fundamental para compreender e analisar como, em diferentes situações, os índios elaboraram e executaram políticas indígenas que deslizaram da negação à adaptação ao mundo colonial (CANCELA, 2008).

As fontes coloniais que retratam as políticas indígenas são variadas. Podem ser as correspondências das autoridades coloniais, os processos crimes, as cartas de religiosos, os requerimentos escritos pelos próprios índios, entre outros. O resultado mais importante da exploração dessa questão é a ruptura da disseminação de uma versão da história dos índios que desliza entre a vítima da colonização européia e o herói que impedia a conquista das terras americanas, trazendo à tona o índio como sujeito histórico que enfrentou a colonização com seus interesses, valores, experiências e fraquezas.

A última questão diz respeito aos conflitos entre índios, de um lado, e colonos, jesuítas e autoridades coloniais, do outro. Esses conflitos foram variados, sendo mais comuns os relacionados à propriedade da terra e ao uso do trabalho indígena. O estudo dos aldeamentos indígenas, por exemplo, revela grande parte desses conflitos. Considerados como a própria “*realização da colonização*” (PERRONE-MOISÉS, 1992: 129), os aldeamentos traziam benefícios econômico, militar e político para o projeto colonizador. Do ponto de vista econômico, concentrava grande número de índios, facilitando o acesso e o controle sobre a mão-de-obra. No campo militar atuava na defesa das povoações dos brancos, criando uma espécie de barreira frente aos grupos indígenas não-aliados. E no aspecto político, servia para facilitar o processo de catequização e adequação da mão-de-obra aos interesses da economia colonial (PARAÍSO, 1994). Por essa razão, a

administração dos aldeamentos motivou vários conflitos entre jesuítas e colonos, colonos e indígenas, indígenas e jesuítas.

As cartas jesuíticas, os processos do Tribunal da Relação, as Consultas ao Conselho Ultramarino e as atas das Câmaras Municipais revelam centenas de casos de escravização ilegal de índios, insatisfação de colonos frente ao controle jesuítico da mão-de-obra indígena aldeada, críticas dos jesuítas às entradas dos paulistas, pedidos dos colonos de sesmarias em terras de antigos aldeamentos, entre outros. A análise desses conflitos é um importante ponto de partida para refazer a trajetória de relacionamento entre índios e não-índios, rever o processo de ocupação histórica das mais diversas regiões do país e entender os atuais processos de retomada de terras e ressurgimento dos povos indígenas no Brasil.

### **A viagem de volta: considerações finais**

“Você quer voltar à oca?”. Essa foi a indagação que surgiu da “brincadeira” utilizada como ponto de partida desse texto. Ao chegar a suas considerações finais, pretendo construir uma resposta também metafórica, porém com menos preconceito e pessimismo. As reflexões aqui apresentadas demonstram que, por meio de uma redefinição do lugar dos povos indígenas na história, é possível realizar uma “viagem de volta à oca”, atribuindo a esse termo uma conotação positiva de revisão da história e da cultura indígenas. Dessa forma, essa viagem de volta ganha novos significados, rompendo com aquela visão metódica, evolucionista, pessimista e preconceituosa sobre os índios no Brasil.

A “viagem” pode ser encarada como a procura de uma ancestralidade negada pelo eurocentrismo vigente na mentalidade brasileira. A memória histórica construída pela historiografia do Brasil coloca a origem da nossa sociedade na invasão européia de 1500, desprezando a história milenar das sociedades autóctones que aqui viviam. Renegam, dessa forma, as recentes pesquisas arqueológicas que têm revelado a rica história pré-cabralina, rompendo com a visão da história do Brasil centrada na ação européia. Para citar apenas um exemplo, escavações realizadas entre os leitos dos rios Jequitinhonha e Mucuri, no extremo sul da Bahia, palco da invasão cabralina, revelaram um acervo de mais de 10 mil artefatos líticos, que indicam a existência de pequenas populações coletoras e caçadoras, que viveram na região há mais de 8 mil anos (SOARES; ZANETTINI, 2007). Esses dados, para além de questionarem as teorias sobre o povoamento da América, explicitam a necessidade de se repensar a periodicização de nossa história e, principalmente, seu marco de fundação e constituição.

Ao mesmo tempo, essa “viagem de volta” também pode ser entendida como o retorno ao momento em que aconteceram profundas transformações nas sociedades nativas. O processo da conquista e colonização dos territórios e dos povos americanos foi orientado pela sede do capitalismo comercial nascente, que por meio da intervenção de homens e monarquias exploraram o novo mundo em busca de riqueza material e opulência espiritual. Nessa corrida econômico-religiosa, muitas mudanças culturais, econômicas, políticas e sociais foram vivenciadas na América e na Europa. Não resta dúvida de que após 1500 nem os povos indígenas nem os europeus foram os mesmos. Contudo, não se pode negar que para os índios essas mudanças foram mais profundas, pois os impactos dos germes, das armas e das relações de dominação colonial causaram a desestruturação social, cultural e econômica em suas sociedades. Não significa que a história dos índios se resume à crônica de suas perdas, mas não se podem negar as estimativas que registram a morte de milhões de índios somente nos primeiros anos da colonização, causando uma depopulação de quase 90% dos povos nativos da América (VIVEIROS DE CASTRO, 1993: 27). Do estudo desses processos pode-se entender a diversidade dos índios contemporâneos e compreender sua insistente e justa luta por terra e dignidade.

Também é uma “viagem de volta” para reescrever a história do Brasil. Buscar imprimir outro ponto de vista dos processos históricos, valorizando as experiências indígenas diante da colonização. Tornar mais conhecida, por exemplo, a escravidão indígena, que foi sustentáculo fundamental da economia açucareira nas primeiras décadas do século XVI e fator de inúmeros conflitos ao longo de todo período colonial (MONTEIRO, 1994; SCHWARTZ, 1988). Romper, por definitivo, com o silêncio sobre as diversas modalidades de relacionamento dos índios com os não-índios, desvendando as estratégias construídas por diversos povos no enfrentamento da situação colonial, ora marcada pela revolta, ora mediada pela adaptação. O estudo dessas diferentes formas de ser índio no período colonial ajuda a entender como, na prática, os índios construíram políticas próprias que permitiram sua permanência física e cultural.

Por fim, é uma “viagem de volta” à reflexão do ofício do historiador. Afinal, a pesquisa histórica sobre os povos indígenas impõe a necessidade de repensar constantemente sobre as fontes e os sujeitos históricos. Ao mesmo tempo, revela a flexibilidade do diálogo com as fontes, ao passo que possibilita a criação de filtros e a reinvenção de conceitos capazes de interpretar as experiências vividas por povos que não registraram ou pouco registraram suas experiências históricas por meio de documentos escritos. Sendo assim, ao aceitar o desafio de realizar essa viagem de volta, a historiografia brasileira demonstra sua sofisticação

---

teórico-metodológica e revela o movimento de reescrita da história do Brasil, que busca repensar o lugar de negros, índios e outros segmentos sociais excluídos da formação da sociedade brasileira.

### Referências Bibliográficas

- ABREU, Capistrano. *Capítulos de História Colonial: 1500-1800*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Metamorfoses Indígenas: cultura e identidade nos aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do Século XVIII*. Brasília: editora da universidade de Brasília, 1997.
- ARAÚJO, Ana Valéria et alli. *Povos indígenas e a lei dos “brancos”*. Brasília: Ministério da Educação; LACED/Museu Nacional, 2006.
- AZEVEDO, Marta. Censos Demográficos e “os índios”: Dificuldades para Reconhecer e Contar. In: RICARDO, Carlos Alberto (Editor). *Povos Indígenas no Brasil (1996-2000)*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.
- CANCELA, Francisco. A experiência do índio Manuel Rodrigues de Jesus: política indígena e política indigenista na Vila de Belmonte (Capitania de Porto Seguro - 1795/1800). In: II Encontro Internacional de História Colonial – A experiência Colonial no Novo Mundo, 2008, Natal – RN. *MNEME – Revista de Humanidades*. Natal – RN: Editora da UFRN, 2008. V. 9. p. 63-80.
- CANCELA, Francisco. *Um novo instrumento para uma velha prática: a criação da nova ouvidoria de Porto Seguro e seu “projeto de civilização” dos índios (1763)*. Salvador: Universidade Católica do Salvador (monografia de graduação), 2005.
- CARVALHO, Maria R. G. de. Os Pataxó de Barra Velha: seu subsistema econômico. Salvador: Universidade Federal da Bahia (dissertação de mestrado), 1977.
- CEDI. Surgimento das organizações indígenas. In: *Povos indígenas no Brasil*. Aconteceu Especial, n. 6 – São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1981.
- CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811*. – 2. ed. Ver. – São Paulo: Nobel, 1983.
- COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. São Paulo, tese de Doutorado – USP, 2005.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. – São Paulo: Cia das Letras, 1992.

---

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma História Indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. – São Paulo: Cia das Letras, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução. *Revista de Antropologia*, vols. 30/31/32, São Paulo, 1989.

CUNHA, Manuela Carneiro da. O Futuro da questão indígena. In: LOPES DA SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luis Donisete (org.). *A Temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 1995.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

GARCIA, Elisa F. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Niterói: Universidade Federal Fluminense (Tese de Doutorado), 2007.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRUPIONI, Luis Donizeti (org.). *Os índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e Desporto, 1994.

LARAIA, Roque de Barros. *Etnologia Indígena Brasileira: um breve levantamento*. Série Antropologia, n. 60, Universidade de Brasília, 1978.

LIMA, Antonio Carlos Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII*. Recife: UFPE (tese de doutorado), 2005.

MARTIUS, Carl Friedrich. *O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil*. São Paulo: Melhoramento, 1982.

MELATTI, Júlio. *Índios e criadores. A situação dos Krahó na área Pastoril do Tocantins*. Rio de Janeiro: ICS, 1984.

MONTEIRO, John. O escravo índio, esse Desconhecido. In: GRUPIONI, Luis Donizeti (org.). *Os índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e Desporto, 1994.

MONTEIRO, Jonh. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, Jonh. O desafio da história indígena no Brasil. In: LOPES DA SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luis Donisete (org.). *A Temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 1995.

---

NEUMANN, Eduardo. *Práticas letradas Guarani: produção e uso da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (Tese de Doutorado), 2005.

OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto R. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Urbanização e Tribalismo. A integração dos índios Terêna numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios nos sertões do leste*. São Paulo: Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado), 1998.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. *Revista de História*. São Paulo: USP, n. 129-132, 1994.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos: princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII) In: CUNHA, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Legislação Indigenista. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza (coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994, pp. 476-479.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

PUNTONI, Pedro. A Confederação dos Tamoyos de Gonçalves de Magalhães: a poética da história e a historiografia do Império. *Novos Estudos*. CEBRAP, nº 45, julho 1996, p. 122-143.

RAMOS, Alcida Rita. Convivência interétnica no Brasil: os índios e a nação Brasileira. *Série Antropologia*, n. 221, Brasília, 1997.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Niterói: Universidade Federal Fluminense (Tese de Doutorado), 2001.

SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. Os direitos dos indígenas no Brasil. In: LOPES DA SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luis Donisete (org.). *A Temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 1995.

SCHWARGZ, Lilia K. Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos, escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEIGNOBOS, Charles; LANGLOIS, Charles. Introdução aos estudos históricos, 1897. Apud CARDOSO, Ciro. *Introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. *Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino*. Campinas: Pontes Editores, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Histórias Ameríndias. *Novos Estudos – CEBRAP*. São Paulo, nº 32, julho de 1993, p. 22-33.

**Recebido em: 30/12/2008**

**Aprovado em: 05/03/2009**